
O jornalismo ambiental como precursor para a criação do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago dos Alcatrazes/SP.¹

Ana Caroline da Silva Alves²

Kenia Cristina Pontes Maia³

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

RESUMO

Esta pesquisa retrata o processo de criação da Unidade de Conservação (UC) vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago dos Alcatrazes, no litoral norte do estado de São Paulo. Durante esse período observa-se que o Jornalismo Ambiental tornou-se o agente responsável por mobilizar a população diante do uso insustentável da região. A investigação se fundamenta a partir da coleta de dados e construção de fontes secundárias, sob a ótica dos tipos de Jornalismo Ambiental definidos por Wilson da Costa Bueno, que possibilita analisar a função do jornalismo empregado nas reportagens. A metodologia utilizada consiste na análise de conteúdo no aspecto qualitativo.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Unidade de Conservação; Alcatrazes; Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

As áreas protegidas foram criadas séculos antes de Cristo. Todavia, essas “áreas protegidas” da antiguidade visavam principalmente proteger recursos naturais

¹Trabalho apresentado na IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios (UFRRJ/ITR). E-mail: alvesacaroline@gmail.com.

³Doutora em Públicas Estratégia e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UFRJ. Mestre em Direito. Professora Adjunta UFRRJ, cursos de Direito e Gestão Ambiental. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MG. E mail: keniapmaia@gmail.com

estratégicos na época ou, por vezes, eram como áreas particulares dos reis e outros poderosos de maneira que somente eles poderiam usufruir. Na China antiga (1122 AC-255 AC), Roma e Grécia já haviam normas, incluindo a Lei das XII Tábuas em 450 a. C, além de decretos imperiais que protegiam florestas e indicavam conservação e, posteriormente, até reflorestamentos das mesmas (Pádua, 2003). Já existia a preocupação com a disponibilidade de madeira e, em alguns casos, conseguiam perceber a relação entre as florestas e a abundância de água. Na Grécia, no século IV a.C, Platão lembrava o papel preponderante das florestas como reguladoras do ciclo da água e proteção dos solos contra a erosão.

Também há registros da criação de áreas protegidas na ilha de Sumatra, na Indonésia, datada do ano de 684 d.C. (Miller, 1997) e na Inglaterra, no ano de 1804, território no qual o rei Guilherme I fez o primeiro inventário nacional de terras e de recursos naturais produtivos para planejar seu uso (MACKINNON et al. 1986). Porém, somente no século XIX surgiram as primeiras preocupações quanto à necessidade de preservação de ecossistemas através da criação de Unidades de Conservação, devido ao crescimento do padrão de vida mais consumista advindo da Revolução Industrial. O marco histórico dessa iniciativa se deu nos Estados Unidos em 1872, com a criação dos Parques Nacional de Yellowstone, 1872, e, menos de uma década depois e de Yosemite, 1890.

As primeiras Unidades de Conservação (UC's), segundo os historiadores, foram criadas sem embasamento técnico científico, sendo estabelecidas, principalmente, por razões de belezas cênicas ou até mesmo por oportunismo político e econômico. Posteriormente, a criação de áreas protegidas se estipula como uma importante estratégia para a conservação de biomas, ecossistemas e espécies de fauna e flora, em especial pela delimitação dessas áreas e pela regulamentação de seu uso e ocupação (Milano, 2001).

As Unidades de Conservação, conforme relatado, não são práticas inventadas recentemente, mas para que sejam consolidadas e denominadas áreas de conservação ambiental, no Brasil, faz-se necessária uma série de burocracias, desde estudos, reuniões públicas e outros aspectos que levam anos para acontecerem. Desde o ano de 2000, após décadas de estudos, foi estabelecido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil, instituído por lei para definir e regulamentar as categorias de unidades de conservação em nível federal, anteriormente dispersos em diversas leis. Dando sequência às atualizações legais e institucionais em 2007, foi criado o Instituto Chico

Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) que surgiu a partir do desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e de uma separação de função entre os dois órgãos.

No Brasil, segundo o Ministério de Meio Ambiente (MMA, 2023), existem 149 UC de proteção integral e 855 de uso sustentável no âmbito federal. No estado de São Paulo existem 08 unidades de proteção integral federais e 71 unidades federais de uso sustentável (Governo do Estado de São Paulo, 2019). Todas as unidades de proteção devem conter o intuito de proteção ou preservação dos biomas, no caso específico deste trabalho o bioma Mata Atlântica, incluindo o anteparo das águas costeiras e marítimas, dentre estas, o Arquipélago de Alcatrazes (Fundação Florestal, 2019).

O Arquipélago dos Alcatrazes, objeto de estudo deste trabalho, está localizado no litoral norte do estado de São Paulo, na cidade de São Sebastião. Trata-se de um conjunto de ilhas a aproximadamente 40km da costa brasileira. Embora não seja tão conhecida como o Arquipélago de Fernando de Noronha ou o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Alcatrazes é responsável por abrigar o maior ninhal de fragatas (aves de grande porte) do Atlântico Sul (Jornal O Estadão, 2016), assim como uma grande diversidade de animais marinhos.

O termo Refúgio de Vida Silvestre caracteriza-se como uma categoria de UC de proteção integral cujo objetivo é proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, permitindo a realização de pesquisas científicas e visitação pública, sujeitas às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

De acordo com os apontamentos no Plano de Manejo da Unidade, o arquipélago dos Alcatrazes é a área marinha mais pristina² do estado de São Paulo. Restrições estabelecidas desde a década de 1980, garantiram a mínima interferência antrópica nesses ambientes naturais, mesmo estando localizados na região mais desenvolvida e conseqüentemente utilizadora de recursos naturais do país. Anteriormente à criação da UC, o local era de uso da Marinha Brasileira (MB), que se apropriava da área para

² Pristina: característica daquilo que é praticamente intocado.

executar treinamentos que foram posteriormente considerados pelos estudiosos insustentáveis pois, ameaçavam a biodiversidade ali presente.

Por aproximadamente trinta anos, o Projeto Alcatrazes reuniu pesquisadores, cientistas, ambientalistas, profissionais e jornalistas que estiveram dispostos a encarar o Poder Público e a Marinha, reivindicando a proteção e conservação da região (O Estadão, 2016). Nesse contexto, por se tratar de uma área distante do continente, a imprensa mediou, por meio do jornalismo ambiental, até então não categorizado dessa forma, as ocorrências lá documentadas, incluindo um incêndio em 2004 (TV Vanguarda, 2004). Conseqüentemente, essas denúncias chegaram até a população, que com os anos, engajaram no processo de proteção da área e se mobilizaram acerca dos acontecimentos.

Para Sodré (1999), o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades e assume um papel maior ou menor nas áreas relacionadas a economia, a política e também ao meio ambiente. Por muitas décadas, o jornalismo esteve submetido ao poder político, sendo moldado para que abordasse determinados temas com diversos cortes e com informações reduzidas, ou por vezes, com falhas (Rizzoto, 2012). O chamado jornalismo de meio ambiente surgiu no Brasil na década de 1960, e teve como pioneiro Randau Marques, ainda durante a Ditadura Militar (Muniz, 2009). Outros profissionais também passaram a engajar nessa pauta e até os dias hoje carregam um legado referencial no que diz respeito a esta temática. São exemplos, André Trigueiro (TV Globo), Sônia Bridi (TV Globo), Ana Carolina Amaral (Folha de São Paulo), Washington Novaes (TV Cultura) e outros.

A partir da década de 1980 a militância ambiental já estava plenamente institucionalizada na forma de Organização Não Governamental ONGs, governos e setores privados, principalmente nos países de primeiro mundo. Bueno (2007) apresenta uma proposta teórica e prática do jornalismo ambiental e enfatiza que a pauta ambiental precisa ser complexa porque não se reduz a uma instância meramente técnica ou científica, mas acrescenta uma perspectiva econômica, uma vontade política, e tantos componentes socioambientais e culturais. Segundo o autor, a formação da "consciência" ambiental da população pode ser promovida por meio de três funções básicas: a função informativa, a pedagógica e política.

Seguindo essa lógica, o trabalho busca verificar as funções do jornalismo ambiental de acordo com o conceito de Bueno (2007) e assim, por meio de análise crítica, descrever com qual finalidade as reportagens selecionadas foram publicadas e se isso

repercutiu no processo de criação da Unidade de Conservação observada. O estudo se consiste também na análise qualitativa das publicações, enquadradas mediante o material metodológico utilizado.

Infere-se portanto, que o jornalismo ambiental apresentou-se como precursor para a criação de Alcatrazes, ajudando na transformação da área Unidade de Conservação de proteção integral graças à divulgação de conteúdos que encontraram apoio e persistência da sociedade civil. Para tanto, fez-se necessário juntar os termos jornalismo e meio ambiente para que a visão da população fosse ampliada e crítica, entendendo que diante de um país democrático como o Brasil, é preciso não só o respeitar, mas tornar-se eficiente a execução das legislações, principalmente quando se trata da questão ambiental.

Destaque-se que a grande maioria das paisagens cênicas no Brasil são áreas de proteção pública, asseguradas pela União, pelos Estados ou pelos municípios. Assim, é importante que cada vez mais haja engajamento e mobilização para que se reduzam as regiões desprotegidas e a perda da biodiversidade locais.

O Jornalismo Ambiental e suas três funções segundo Bueno (2007)

Wilson da Costa Bueno (2007) considera que o jornalismo ambiental carrega três funções distintas capazes de compreender a mobilização dos cidadãos para com o agravamento da questão ambiental. É inquestionável que a temática envolvendo o meio ambiente geralmente é abordada de forma desastrosa pela grande mídia, com apelos e com mecanismos que deixam as pessoas em estado de alerta. Isso faz com que a percepção construída pela sociedade se torne cada vez mais distorcida do que de fato o meio ambiente representa. Com o levantamento das notícias coletadas pelos jornais, Folha de São Paulo, O Estadão, Jornal da USP, Imprensa Livre, O Globo e O eco, foram evidenciados as características desempenhadas pelas três funções do jornalismo ambiental e são elas: 1) a função informativa; 2) a função pedagógica e 3) a função política. Suas características descritas por Bueno seguem desta forma respectivamente:

“A função informativa preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida.”

Geralmente, essa categoria descrita por Bueno é encontrada em reportagens com conteúdos reduzidos e com informações mais objetivas, levando o autor a se aprofundar mais no assunto. A função informativa consiste em informar a população acerca dos registros diários envolvendo a temática ambiental, o que na atualidade acontece principalmente em mídias sociais digitais e não somente na grande mídia. Já a função pedagógica descrita por Bueno diz respeito à:

“função pedagógica diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais.”

Neste caso, documentários que abordam a temática ambiental se apropriam desta função. Jornais e demais meios de comunicação expressam com propriedade as maneiras de participação popular nas causas relacionadas ao meio ambiente. Um bom exemplo disso, foi o processo de criação do Parque Nacional da Serra da Gandarela – MG. Por fim, a terceira função descrita por Bueno é compreendida como:

“função política (aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária) tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental.”

Embora seja próximo da função pedagógica, esta se diferencia por envolver instâncias legislativas. No caso das Unidades de Conservação essa função torna-se pertinente, pois envolve séries de burocracias e embasamentos científicos até que seja de fato consolidada.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido com base nos conceitos de Wilson da Costa Bueno (2007) no que diz respeito às funções do jornalismo ambiental. A metodologia empregada consiste na análise crítica de conteúdo no aspecto qualitativo. Foram selecionadas quinze reportagens nos jornais digitais e impressos, entre os anos de 2010 e 2023 nos quais há registros dos acontecimentos ocorridos no Arquipélago dos Alcatrazes.

ANÁLISE DOS DADOS

A fase exploratória da pesquisa foi realizada de forma online e também presencial. Para o levantamento de dados presenciais foi realizada uma pesquisa de campo entre os dias 20 de março e 10 de abril de 2022. As demais informações foram coletadas através de entrevistas, análises de conteúdos bibliográficos e envolvimento com o objeto de pesquisa. Alcatrazes é o berço de uma biodiversidade expressiva, sendo rota de animais marinhos e também migratórios, além de abrigar espécies endêmicas³ e uma paisagem cênica única.

Primeiramente, foi realizada a coleta de jornais diversos que publicaram reportagens sobre a área marinha. Esses jornais, desempenharam uma função pertinente sobre o local que até pouco tempo era de domínio da Marinha Brasileira. Interessante frisar que atualmente, a divulgação da região já alcança a esfera internacional. Em fevereiro de 2023, o Refúgio recebeu o prêmio de categoria máxima, sendo reconhecido como Blue Park – o que caracteriza a unidade como um exemplo de Conservação ambiental a ser seguido.

Nesse contexto, o jornalismo continua desempenhando uma função capaz de abarcar as três funções descritas por Bueno. Mesmo após o estabelecimento do REVIS como UC de proteção integral, a imprensa continuou dando espaço para que Alcatrazes se tornasse ainda mais conhecida. No ano de 2016, diversos meios de comunicação passaram a propagar o encerramento do processo que antes era arquivado constatemente, uma vitória tanto para a sociedade quanto para a democracia. Em 2018, a área foi aberta ao público, que obtem autorização para visitaçã por meio de alguns protocolos a serem seguidos.

Já em 2022, a Marinha Brasileira programou atividades como um bombardeio na ilha de reprodução de aves marinhas migratórias (O Globo, 2022), o que foi denunciado tanto pelo ICMBio quanto pelos jornalistas locais e também da grande mídia. Mais uma vez, pessoas e ambientalistas se mobilizaram através destas denúncias, sobrestando as atividades pretendidas pela Marinha.

Tabela 1 - Coleta das reportagens de cunho ambiental entre 2010 e 2023.

³ Endêmicas: exclusiva de determinada região.

ANO DE PUBLICAÇÃO	JORNAL	MANCHETE
2010	Jornal Imprensa Livre	Fiscalização no litoral Norte flagra lancha pescando em Alcatrazes
2011	O eco jornal	Os mistérios do Arquipélago de Alcatrazes
2012	Jornal Imprensa Livre	As pérolas do oceano Alcatrazes
2013	O Globo	Após pedido de Tripoli, Marinha anuncia fim dos exercícios com tiros no Parque Nacional dos Alcatrazes
2013	Biologia na rede	São Paulo: Arquipélago dos Alcatrazes pode virar parque nacional
2015	O eco jornal	Alcatrazes: Mudanças no projeto original gera críticas por falta de transparência
2016	O Estadão	Um mundo perdido no litoral norte de São Paulo
2017	Jornal Hoje	Arquipélago de Alcatrazes é Refúgio de Vida Silvestre em São Paulo
2018	Folha de São Paulo	Arquipélago dos Alcatrazes, no litoral de SP, é aberto ao turismo náutico
2019	National Geographic	Refúgio de biodiversidade e vida selvagem, Alcatrazes recebe visitantes
2019	Jornal da USP	Arquipélago dos Alcatrazes guarda muitas descobertas para a ciência
2020	O Globo	Turistas agora podem visitar Ilha de Alcatrazes no litoral norte de SP
2022	O Globo	Após críticas de ambientalistas, Marinha adia 'bombardeio' no Arquipélago de Alcatrazes, no Litoral Norte de SP
2023	Record TV	Modelo de turismo sustentável no Arquipélago de Alcatrazes, um paraíso protegido no litoral paulista
2023	O eco jornal	Proteção Marinha ganha prêmio internacional

Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Tabela 2. Divisão das funções do jornalismo ambiental de acordo com as características adaptadas:

Funções do jornalismo Ambiental	Características adaptadas
Função informativa	Exposição de eventos, catástrofes e acidentes ambientais.
Função pedagógica	Explicação dos problemas ambientais.
Função política	Divulgação de leis, investimentos e ações governamentais.

Fonte: adaptado de Wilson da Costa Bueno (2007).

Tabela 3 – Enquadramento da função jornalística de cada reportagem:

ANO DE PUBLICAÇÃO	JORNAL	FUNÇÃO JORNALÍSTICA
2010	Jornal Imprensa Livre	Função política
2011	O eco jornal	Função informativa
2012	Jornal Imprensa Livre	Função política
2013	O Globo	Função pedagógica
2013	Biologia na rede	Função política
2015	O eco jornal	Função pedagógica
2016	O Estadão	Função pedagógica
2017	Jornal Hoje	Função política
2018	Folha de São Paulo	Função política
2019	National Geographic	Função política
2019	Jornal da USP	Função política
2020	O Globo	Função política
2022	O Globo	Função informativa
2023	Record TV	Função política
2023	O eco jornal	Função política

Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

Após compreender as funções dos três tipos de jornalismo definidos e aprofundados por Bueno, foi possível concluir que a maioria das reportagens coletadas possuíam um intuito político. Por meio delas, o Arquipélago ganhou visibilidade e a sociedade pode conhecer e mobilizar-se diante das atividades executadas que cooperavam para a ameaça e quase extinção de diversas espécies, incluindo fauna e flora. Com a criação da Unidade, práticas de pesquisas e turismo ecológico foram adotados, assim como manejo de espécies exóticas e avistamento de animais migratórios, como as baleias e as fragatas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo ambiental fortaleceu e fortalece os estímulos gerados por pautas distintas no Brasil, principalmente quando se trata de Unidades de Conservação. Com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) a ascensão de denúncias e lutas receberam visibilidades nunca antes vistas. Embora as questões ambientais nem sempre sejam retratadas de maneira profunda e multidimensional, o envolvimento da sociedade civil para com as mesmas é uma realidade diversa da de décadas atrás. Vale destacar, ainda, que a imagem política e econômica voltada para a proteção de áreas de conservação ambiental são sim estimuladas, tal seja, são exôgenas na sua maioria, permitindo que a repercussão e abordagem do tema proteção ambiental sejam tendenciosas.

De fato o jornalismo, categorizado em sua especificidade como ambiental, expressa a pluralidade de opiniões e convoca a população a exercer ações individuais, mas também conjuntas, estimulando e provocando a democratização do tema. O Brasil tornou-se referência para a conservação ambiental mundial, afinal, abriga uma singularidade continental. São seis biomas, com peculiaridades dissemelhantes que se interligam entre si. A interdisciplinaridade e interdependência dentro de um mesmo País, de área tão vasta, por si só, já engaja comunidades à lutas, reivindicações, estudos e pesquisas de forma ampla. Os locais menos visibilizados já se beneficiam das ações que ocorrem naqueles locais mais protegidos e comentados tanto pela sociedade, quanto pela mídia.

Uma das grandes evidências que fez e segue fazendo o jornalismo se relacionar com o meio ambiente de maneira tão profunda são as apresentações socioambientais. A mobilização ocorre quando a sensibilização é provocada. Dados divulgados

jornalisticamente, tais como, um maior número de assassinatos entre ambientalistas, ativistas ambientais e jornalistas na América Latina, o aumento crescente de desastres nos centros urbanos e a extinção ou possibilidade desta em várias espécies da fauna e flora provocam reflexão e geram revolta. Em Alcatraz não foi diferente. O estímulo para a proteção ambiental esteve intrinsicamente ligado à difusão da comunicação. A humanidade ainda precisa ver, para crer e agir!

O Refúgio de Vida Silvestre apresentado e descrito no meio de comunicação impresso e digital, serviu para repercutir em outros entraves envolvendo UC's. Para efeito, o exercício efetivo da cidadania desempenhou a função política descrita por Bueno (2007) que deve ser adotada pelo jornalismo ambiental. Com o estudo, pode-se observar o quanto o jornalismo ambiental colaborou para que o Arquipélago dos Alcatrazes se tornasse Unidade de Conservação, administrada pelo Ministério de Meio Ambiente. O papel do jornalismo foi e ainda é crucial para que a sociedade civil acompanhe as fiscalizações, gestão, manejo e gerenciamento do REVIS.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Daniele. Alcatrazes: mudança no projeto original gera críticas por falta de transparência. O eco jornal. São Paulo, 14 de outubro de 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/alcatrazes-mudanca-no-projeto-original-gera-criticas-por-falta-de-transparencia/>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

Bueno, Wilson da Costa (2007) Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 199p.

Bueno, Wilson da Costa (2007) Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente 15:33-44. Disponível: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>. Acessado em: 15 de novembro de 2022.

CHAMORRO, Paulina. Refúgio biodiversidade e vida selvagem, Alcatrazes recebe visitantes – mas sem plástico. National Geographic. 19 de março de 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/planeta-ou-plastico/2019/03/biodiversidade-arquipelago-conservacao-alcatrazes-litoral-sao-paulo-mergulho>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

Colombo, ME (2010) Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Intercom1:11. Disponível: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2674-1.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2023.

ESCOBAR, Herton. História de Alcatrazes. Estadão, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/alcatrazes/historia>. Acessado no dia 20 de fevereiro de 2023.

Fundação Florestal. Governo do Estado de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/unidades-de-conservacao/>. Acessado em: 10 de outubro de 2022.

Hohlfeldt A & Valles RR (2008) Conceito e história do Jornalismo brasileiro. Revista de Comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 86p. Disponível: www.pucrs.br/edipucrs/conceitoehistoria.pdf. Acessado em 20 de novembro de 2023.

Jornalismo Ambiental - Explorando Além Do Conceito - Wilson Bueno. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

MILANO, M. S. Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação. Revista Floresta e Ambiente, Rio de Janeiro, v.VIII, p.04-09, 2001.

MILLER, Kenton. Evolução do Conceito de Áreas de Proteção: Oportunidades para o Século XXI. Palestra proferida no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 16 nov. 1997.

MILLER, Kenton. Entrevista concedida a Martha Tresinari Bernardes Wallauer. Curitiba, 16 nov. 1997.

MUNIZ, Caroline. Arquipélago dos Alcatrazes é aberto ao mergulho náutico. Folha de São Paulo. São Paulo, 16 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2018/12/arquipelago-dos-alcatrazes-em-sp-sera-aberto-ao-turismo-neste-domingo-16.shtml>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

Os mistérios do Arquipélago dos Alcatrazes. O eco jornal, São Paulo, 11, novembro de 2011. Disponível em: <https://oeco.org.br/fotografia/25412-os-misterios-do-arquipelago-de-alcatrazes/>. Acessado no dia 20 de fevereiro de 2023.

PADUA, J.A. Um sopro de destruição Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 318p.

Planalto – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC 2000) – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acessado em 15 de novembro de 2022.

Plano de Manejo – REVIS Alcatrazes (Vol 2). 2017.

Proteção marinha brasileira ganha prêmio internacional. O eco jornal. São Paulo, 06 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/protecao-marinha-brasileira-ganha-premio-internacional/>. Acessado em 05 de março de 2023.

Rizzoto CC (2012) Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. Estudos da Comunicação 31:111-120. Disponível:

www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd99=pdf&dd1=7382. Acessado em 15 de novembro de 2022.

SOARES, Ricardo. Arquipélago dos Alcatrazes é Refúgio de Vida Silvestre. *Jornal Hoje*. São Paulo, 29 de setembro de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/09/arquipelago-de-alcatrazes-em-sao-sebastiao-e-refugio-de-vida-silvestre.html>. Acessado no dia 20 de fevereiro de 2023.

Sodré NW (1999) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 501p.